

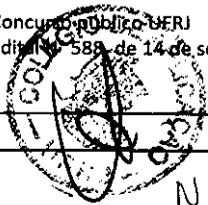


Questão 1) A triangulação modern política e Estado foi pensada por alguns autores estudados nas Ciências Sociais de modo a responder as inquietações de uma época em transformação. Os questionamentos em torno da existência de sociedades feudais e monarcas surgiram teorias políticas que procuravam mostrar a construção de uma ordem social que não fosse calcada em governos absolutistas, despotas nos quais prevaleciam uma organização altamente hierarquizada, violenta e desigual.

Alguns autores que fazem parte do quadro curricular das Ciências Sociais formularam modelos teóricos que questionassem a construção de um arcabouço institucional de valorização da liberdade e da igualdade, sem contudo, abrir mão da estabilidade e do deferência às leis em direção ao estabelecimento de um ordenamento jurídico e social.

Do ponto de vista de teoria contemporânea, Max Weber foi um dos pensadores a entender e teorizar sobre o Estado Moderno. O entendimento do teórico weberiano parte pelo conceito dos três tipos de dominação, tais como, a tradicional, a carismática e a racional-legal. Weber não nega a existência das três formas em uma formação estatal arquetípica, porém, admite que o Estado Moderno é caracterizado pelo exercício do poder racional-legal.

Dentro desse contexto, a ruptura sobre a explicação das mudanças sociais foi resultado das Revoluções liberais do século XVIII cujo principal produto foi oficializar o político como o principal atividade regente do Estado. Assim, tanto Weber quanto outros autores de teoria das Ciências Sociais romperam com a tradição como fonte de legitimação do poder, e consequentemente, institucionalizou-se a separação das esferas política e religiosa na condução dos assuntos públicos e de interesse da coletividade.



Nesse sentido, o Estado Moderno pressupõe, em sua concepção, a influência do racionalismo do mundo e do valor da legalidade a ele imputado. Surgido em um momento histórico, no qual as vias de transformação social favoreceram-se canalizada pelo processo de burocratização da representação política, as possibilidades de promover mudanças no meio das grandes revoluções, mesmo que ainda exerciam alguma influência, foram perdendo espaço para outros canais institucionais.

Em contraposição ao Antigo Regime, o Estado de um moderno nasce descentralizado, exercendo seu poder administrativamente. Por meio da burocratização dos procedimentos políticos e do advento de uma estrutura meritocrática racional, o Estado conhece princípios de exclusividade, universalidade e inclusividade.

Portanto, o Estado exerce seu poder por meio do político e esse poder exerce influência sobre o conduto das pessoas no âmbito das relações sociais. Por uma interpretação mais recente sobre o Estado Democrático de Direito, Bobbio apresenta uma tipologia moderna de poder que se circunscreve ao econômico, ao ideológico e ao político. O poder econômico desenvolveu-se pela "grande transformação" do mundo moderno fundamentado, originariamente, pelas relações de produção. O poder ideológico, por sua vez, significa a influência na formação das ideias que compõem o processo de socialização de uma sociedade e os valores e comportamentos sociais que norteiam as relações sociais. O poder político, por fim, representa a principal forma de exercício do poder do Estado, pois a entidade estatal é reconhecida o uso (de) legítimo da força.

A legitimidade do uso da força está fortemente baseada no processo de formulação das leis, e o por meio de

movimentos legais, o Estado justifica-se como o responsável pelo construído social e institucional das sociedades. Seu controle, contudo, é exercido por meio do responsável (e) e dos conceitos de accountability.

A relação entre as dimensões do poder, do político e do Estado também foram articuladas pelo teor clássico. Os pensadores do teor clássico tiveram influência do conceito jusnaturalista que coloca o direito natural como o principal justificativo para a realização do contrato social que substitui uma liberdade incondicional pela liberdade civil, ou seja, uma liberdade condicionada por normas e regras sociais.

John Locke foi um dos pensadores que tentam explicar o império do Estado e o exercício do seu poder para a manutenção do ordenamento em vista a preservação da segurança individual e (para) da propriedade privada. A introdução do individualismo enquanto objeto de análise permite a distinção entre as esferas pública e privada. Essa separação permite refletir sobre a finalidade maior do Estado que deve considerar o bem que seja comum a todos, portanto, o bem social. Em outras palavras, o principal fórum de resolução de conflitos passa a ser pelo canal institucional público do Estado e não diretamente por meio das partes individuais.

Benjamin Constant compara o "liberdade dos antigos" e o "liberdade dos modernos" enfatizando o processo de preservação das liberdades pelo Estado, bem como os mecanismos institucionais que controlam e preservam essa liberdade. Uma das famosas passagens por Locke faz o construído de um Parlamento no qual as leis formuladas, mesmo que por uma pequena elite, tenham que ter em vista a coletividade.



Superfaturado destaca que cada país e cada sociedade (fo) vai construir as suas respectivas arquiteturas institucionais e sociais dentro das dimensões de poder, política e Estado. Construções variáticas são válidas para pensar as diferentes possibilidades de construções sociais, mas o pano de fundo valorativo é a equação de estabelecer a igualdade e a liberdade dentro de uma ordem social e constitucional. Sendo assim, os modelos denominados de Estado liberal, Estado de Bem-Estar ou Estado Absolutistas são estruturas teóricas que lançam um olhar sobre o exercício de poderes e os meios pelos quais ele é exercido.

Questão 2) A crise da democracia no Brasil contemporâneo está marcada pelos casos de corrupção política supletamente motivado, mas que também afeta nosso modelo de representação, gerando diversas manifestações sociais.

Do ponto de vista qualitativo, e sobretudo, institucional, a (triangular) relação entre poder, política e Estado mantém seu funcionamento procedimental, mesmo por uma suposta normalidade institucional. O Estado brasileiro em suas atribuições democráticas exerce seu poder por meio da promulgação de leis tendo em vista algumas demandas sociais por mais direitos, como foi o caso a "PEC das domésticas" que resultou na inclusão dos trabalhadores domésticos (dentro) na legislação trabalhista. O Estado atua na promoção de programas sociais, tem como, encorpou sua administração pública com novas secretarias para fazer frente a políticas públicas setoriais, como por exemplo, a Secretaria Especial para as Mulheres e a Secretaria de Igualdade Racial.

Nesse sentido, o poder é exercido por meio de aparatos legais e políticos de dominação que consideram o



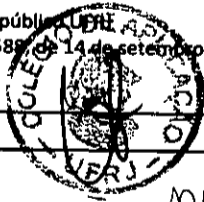
legitimidade de suas decisões e a constituição validade das leis. No entanto, do ponto de vista substantivo, a corrupção econômica e política, usado como caso empírico, representa a forma hierárquica, patrimonial e personalista no qual foi construída a organização poder, política e Estado.

Uma das características mais marcantes de construção do Estado brasileiro é a mistura entre as esferas pública e privada, cuja separação estabelece os termos do republicanismo. A apropriação privada de bens e valores públicos impede a construção social de igualdade entre seus cidadãos, permeando todo o processo de socialização das elites, e da população em geral, que reproduz o "verê salex com quem está falando" personalístico.

O processo de modernização pela via do capitalismo competitivo no Brasil, tomou rumos de, parcialmente, conservada, uma vez que, nos termos de Florestan Fernandes, significou a manutenção de uma ordem estamental rígida. Esse caráter estamental é caracterizado em pessoas que, há décadas, estão presentes no campo político eleitoral, e o julga pelas métricas eleitorais desse ano, ainda se serão beneficiadas com uma vaga parlamentar.

O poder econômico está presente mais do ponto de vista funcional do que pelas relações de moderação e como este ponto de forma, quase determinante, o poder político. Este último, por sua vez, é exercido por meio da lei e da Constituição Federal no entanto, grande parte das políticas implementadas e formuladas parecem beneficiar uma pequena parte da população em detrimento da maioria de dos mais necessitados.

Sendos assim, cabe indagar o papel da sociedade civil nesse processo. As teorias das Ciências Sociais, no que tange as dimensões de poder, do político e do Estado foram mais nos modelos teóricos e normativos, mas pouco em valorizar a



participação social. Alguns autores mais modernos, e
pós-modernos, tendem a fazê-lo. No entanto, do ponto de vista
de estruturas históricas do Brasil, em seus aspectos sociais, eco-
nômicos e políticos, a sociedade brasileira foi posta ao longo
dos processos de tomada de decisão, bem como, dos canais ins-
titucionais próprios do exercício de participação. Dentro de um
contexto de vazios institucionais, a população brasileira continua
assistindo "testalizada" as discussões e as propostas de lei que
hoje tramitam no Congresso.

Questão 3) Plano de Aula - tema "Poder, política e Estado"

Série: 1º Ano

Tempo: 1h 30 min

Aula 1.

Recorrendo temático: Formulação e Produção do Estado
do Estado por meio do conceito de Contrato Social

Metodologia: Apresentar de forma expontiva as justi-
ficativas para a existência do Estado e de suas leis; apre-
sentar o conceito de contrato social; para realizar um exercício
com os alunos no qual são apresentadas diversas imagens
sobre alguma quebra de regra, como por exemplo, um muro
pichado, uma regra de trânsito, ou alguém sendo pichado - pe-
dis para os alunos identificarem qual regra eles acham que
não está sendo seguida e promover um debate, seguido de uma
produção escrita, sobre as consequências e implicações da falta de
do não cumprimento de regra.

Referência: Mostrar para os alunos o significado do con-
trato social, seja pelo uso das leis sociais, leis econômicas ou polí-
ticas, para o estabelecimento uma suposto ordem social, ~~de~~ conside-
rando a vida em coletividade. O desenvolvimento posterior é mostrar
como e a forma pelo qual cumprimos e obedecemos as regras.